



02/18

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE DIREITO - JURISTA,  
NA MODALIDADE DE CONTRATO DE AVENÇA**

No dia vinte e seis, do mês de Fevereiro, do ano de Dois mil e dezoito, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

**PRIMEIRO:**

**MUNICIPIO DE BOTICAS**, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410209, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga**

**SEGUNDO:**

**Mavília Gonçalves Branco,**

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

**Cláusula 1.ª**

**Objecto do contrato**

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Serviços na Área de Direito - Jurista, na Modalidade de Contrato de Avença, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 15 de Fevereiro de 2018, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 02 de Fevereiro de 2018, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

**Cláusula 2.ª**

**Prazo de Execução**

O presente Contrato tem a vigência de 12 meses, a contar da data da sua celebração.

**Cláusula 3.ª**

**Preço contratual**

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de **Dezasseis mil e oitenta euros (16.080,00 €)**, acrescido de IVA.

**Cláusula 4.ª**

**Pagamentos**

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a receção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. A faturação será mensal até à data da conclusão do serviço.

**Cláusula 5.ª**

**Caução**

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao n.º3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

**Cláusula 6.ª**

**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 7.ª**

**Prevalência**

- 1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.
- 2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações



relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

**Cláusula 8.ª**

**Legislação Aplicável**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

**Cláusula 9.ª**

**Dotação Orçamental**

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0200/02022599, conforme proposta de Cabimento n.º 238, compromisso n.º 229 e Requisição Externa de Despesa n.º 148.

**Cláusula 10.ª**

**Gestor do Contrato**

O gestor do presente contrato é a Dr.ª Gabriela Fernandes, Jurista da Câmara Municipal.

**Cláusula 11.ª**

**Disposições Finais**

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 02 de Fevereiro de 2018 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

1 - Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Boticas em 20 de Fevereiro de 2018, comprovativa do segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

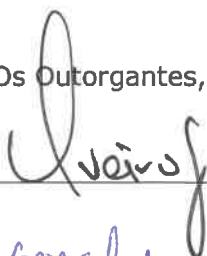
2 - Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 20 de Fevereiro de 2018, comprovativa do segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;

**BOTICAS**  
CÂMARA MUNICIPAL

3 – Certificado de Registo Criminal;

4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,

  
\_\_\_\_\_  
marília Gonçalves Branco